

<b>Assunto: Ministro Francisco Falcão presidirá solenidade de instalação do PJE em 34 varas da capital</b>	
<b>Veículo:</b> Diário de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Política	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> B4	<b>Data:</b> 28/05/2014

## DIÁRIO de PERNAMBUCO

### Um pernambucano no comando do STJ

*Francisco Falcão, que foi escolhido ontem, será o segundo magistrado nascido no estado a ocupar a presidência do Superior Tribunal de Justiça*



Ministro exerce a função de corregedor do CNJ

O pernambucano Francisco Falcão, 61 anos, foi escolhido, ontem, para assumir a presidência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília. A posse deve ocorrer em setembro deste ano. Até lá, Falcão, que é ministro do STJ, deve continuar no cargo de corregedor do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Esse é o segundo pernambucano a ocupar a presidência do STJ. O primeiro foi o ministro Gueiros Leite.

Falcão, que é filho do ex-ministro Djaci Falcão, foi eleito com 29 dos 32 votos. O próximo presidente, pelo tempo de Corte, seria Gilson Dipp, que se aposenta em outubro e abriu mão da função. A vice-presidente do STJ será a ministra Laurita Vaz, que recebeu 30 votos. O pleno também aprovou a indicação da ministra Nancy Andrihgi para ocupar a vaga de corregedora, que será deixada por Falcão

em três meses.

Na próxima segunda-feira, o corregedor virá a Pernambuco para presidir a solenidade de instalação do processo judicial eletrônico em 34 varas da capital. **O evento está programado para acontecer às 15h, no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).** Em sua passagem pela Corregedoria, onde está desde 2012, Falcão promoveu a abertura de procedimentos administrativos contra 24 juízes, desembargadores e presidentes de tribunais do país. O número é considerado o maior da história, o que lhe caracterizou como um corregedor “linha dura”.

As investigações resultaram no afastamento de 14 pessoas. Um dos afastados foi o juiz Vitor Manoel Bezerra, do Tribunal de Justiça da Bahia. Ele conduziu irregularmente o procedimento de adoção de cinco crianças retiradas, pela polícia, da casa dos pais biológicos, em junho de 2011, na cidade de Monte Santo, para serem entregues a casais de São Paulo. Falcão também critica abertamente os baixos salários de magistrados e pede a volta do Adicional por Tempo de Serviço (ATS), que, segundo ele, permitiria um salário maior para aqueles com mais tempo de função.

<b>Assunto: Indenização por perda de avião</b>	
<b>Veículo:</b> Diário de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Economia	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> B6	<b>Data:</b> 28/05/2014

## **DIARIO** de **PERNAMBUCO**

### **Indenização por perda de avião**

*TJPE decide que TAM deve pagar R\$ 91 mil a pernambucanos que não conseguiram chegar ao Chile. A companhia aérea ainda pode recorrer*

Um grupo de cinco pernambucanos ganhou na Justiça uma indenização de R\$ 91,4 mil pelo atraso de um voo da TAM Linhas Aéreas. A indenização divide-se em R\$ 75 mil por danos morais e R\$ 16.404,11 por danos materiais. Os autores da ação são da mesma família e entraram com um processo em janeiro de 2013, após perderem uma conexão para o Chile, de onde partiriam em uma viagem de navio para a Argentina. A conexão foi perdida por causa de um atraso no voo da TAM que saíria do Recife para São Paulo.

Guilherme Nunes Coutinho é uma das partes beneficiadas pela decisão e também um dos advogados responsáveis pelo processo. Segundo ele, em 4 de janeiro do ano passado, ele, a mulher, a filha do casal e os pais dele chegaram ao Aeroporto do Recife, às 8h, para embarcar às 10h para São Paulo, de onde seguiriam até Santiago. Quase na hora do embarque, os passageiros foram informados de que o voo só sairia às 12h. Depois de falar sobre a conexão, a família foi colocada em um voo para Brasília, para depois ir até São Paulo. Mas só conseguiu sair da capital pernambucana às 15h30.

Ao chegar em Brasília, o grupo foi avisado que a aeronave com destino a São Paulo já havia partido e que a TAM não tinha mais nenhum voo disponível para o local. “Como não conseguimos chegar em São Paulo, não remarcamos o voo para o Chile e, com a perda de um dia, já não conseguiríamos embarcar no navio para a Argentina. Ou seja, perdemos toda a programação que havíamos organizado desde junho de 2012”, ressalta Coutinho.

O caso foi julgado no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), sem a necessidade de uma audiência. A TAM pode recorrer. Procurada pelo Diário, a empresa informou que só se manifestará nos autos do processo, onde alegou que os passageiros foram bem tratados e houve a necessidade de manutenção da aeronave, aumentando o tempo de embarque. Disse ainda que o cancelamento foi por problemas técnicos.

<b>Assunto: Caso Padre Henrique - Família pretende recorrer a Haia</b>	
<b>Veículo:</b> Folha de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Política	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> 5	<b>Data:</b> 28/05/2014



## Família pretende recorrer a Haia

Apesar da Lei da Anistia, que impede punição a todos que cometeram crimes políticos ou tiveram conexão com eles no período da ditadura militar, promulgada no governo do general João Baptista Figueiredo e reconhecida em 1979, a família do Padre Antônio Henrique pretende recorrer ao Tribunal de Haia. É o principal órgão judiciário da Organização das Nações Unidas (ONU), localizado na cidade de Haia, na Holanda. “É só mais um passo, não um encerramento. Talvez se formos ao Tribunal de Haia possamos conseguir algo mais efetivo”, disse uma

das irmãs do padre, Isairas Pereira Padovan.

A outra irmã do sacerdote assassinado em 1969, Terezinha de Jesus Pereira da Silva, também presente na apresentação do relatório oficial, acrescentou sua opinião. “Essa justiça de transição é uma maneira de disfarçar, ou a gente tem justiça ou não tem. Passar anos e anos e a gente ainda disputar uma justiça de transição faz com que as pessoas possam abusar, porque sabem que a gente, como familiar de pessoa política morta, não tem direito, a gente continua sem direito. Porque o que foi feito para

ele (Padre Henrique) repercurte na gente, pelo menos na nossa família. A gente continua sentindo na pele, ainda hoje, a falta de justiça”, reclamou.

No relatório da Comissão da Verdade, consta que, após ser ordenado sacerdote, em dezembro de 1965, o Padre Henrique passou a ser assessor de Dom Hélder Câmara e começou a fazer um trabalho de conscientização política junto aos jovens. Suas críticas à repressão praticada pelos militares o levaram a ser considerado subversivo e perseguido a partir de 1968.

Após deixar uma reunião

com pais e alunos numa casa no Largo do Parnamirim, na noite de 26 de maio, o pároco foi colocado numa Rural verde e branca por dois homens e só foi encontrado morto a tiros, na Cidade Universitária. Na época, foi criada a Comissão Jurídica para apurar o caso, mas em 1970 a conclusão foi de que viciados em drogas teriam cometido o crime. Em 1988, o Ministério Público fez nova tentativa de reabertura do processo, por considerar que a motivação foi política, porém a Ação Penal terminou arquivada pelo Tribunal de Justiça.

### Cronologia

**Antônio Henrique Pereira da Silva Neto:**

Nasceu em 28/10/1940 no Recife

1

Em 1956 ingressou no Seminário da Imaculada Conceição

Foi ordenado sacerdote em 25/12/1965

Começou como assessor de Dom Hélder Câmara

Após o golpe de 1964 passou a fazer críticas à repressão cometida pelos militares

Em 1968 começou a ser perseguido por ser considerado subversivo devido ao trabalho político e de conscientização que fazia junto aos jovens

Em 26/05/1969 foi visto pela última vez entrando na Rural verde e branca, no Largo do Parnamirim

2

Em 27/05/1969 seu corpo foi encontrado com marcas de tortura e tiros, na Cidade Universitária. Padre Henrique morreu aos 28 anos de idade

Em 30/06/1969, a Comissão Judiciária entregou relatório indicando que houve um crime comum cometido por toxicômanos

O processo foi aberto contra os suspeitos do crime, em 1988, mas a Ação Penal foi arquivada pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco

<b>Assunto: Tam é condenada a pagar R\$ 91 mil por atraso de voo</b>	
<b>Veículo:</b> Folha de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Economia	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> 1	<b>Data:</b> 28/05/2014



# TAM é condenada a pagar R\$ 91 mil por atraso de voo

*Do Portal FolhaPE*

A TAM terá que pagar uma indenização de R\$ 91.404,11 a uma família que perdeu uma viagem de férias ao Chile e à Argentina por causa de um atraso do voo. A decisão foi proferida pelo juiz Paulo Torres Pereira da Silva, da 21ª Vara Cível do Recife. A indenização divide-se em R\$ 75 mil por danos morais e R\$ 16.404,11 por danos materiais. A companhia aérea

ainda pode recorrer contra a decisão.

Uma família de cinco pessoas saíra do Recife para os dois países, passando por Brasília e São Paulo. De acordo com a ação, os contratemplos começaram ainda no Recife, no dia 4 de janeiro de 2013, quando os passageiros foram avisados que o voo no qual embarcariam com destino a Brasília iria atrasar. A empresa sugeriu um novo voo, que também

atrasou. Quando chegaram a Brasília, os autores da ação foram informados que haviam perdido a conexão e que restavam as opções de voltar para o Recife ou dormir na cidade.

Em sua defesa, a TAM alegou que o cancelamento se deu por problemas técnicos, os quais se constituem em caso fortuito e de força maior, o que não lhe traria a responsabilidade de indenizar pelo ocorrido.

<b>Assunto: Justiça inicia mutirão para retirada de documentos no interior de PE</b>	
<b>Veículo: G1 Pernambuco</b>	<b>Data: 28/05/2014</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Justiça inicia mutirão para retirada de documentos no interior de PE**

*Ação começa em Macaparana e segue para Gravatá e São Bento do Una. Pessoas podem tirar segunda via e pedir registro de união estável.*

A partir desta quarta-feira (28), a Corregedoria-geral da Justiça de Pernambuco dá início a um mutirão para a retirada da segunda via de alguns documentos e formalização de decisões como o divórcio e união estável. As atividades começam em [Macaparana](#), na Mata Norte do estado, e fazem parte do projeto “Um passo a mais para a cidadania”. A intenção é oferecer a oportunidade para as pessoas regularizarem a documentação, em situações em que certidões, por exemplo, estão rasgadas ou perdidas, como mostra reportagem do Bom Dia Pernambuco.

Após o atendimento em Macaparana, o projeto segue para as cidades de [Gravatá](#) (4/06), [São Bento do Una](#) (15/07), [Bonito](#) (24/07), [Goiana](#) (20/08) e [São Caetano](#) (03/09). De acordo com o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), para o mutirão, foram identificados os locais onde o índice de falta de registro das pessoas é bastante alto.

A decisão pela campanha ocorre porque, sem a documentação, fica difícil exercer a cidadania. “O registro faz com que as políticas públicas tenham a real dimensão de pessoas, de quanto estão registrados. Sem uma certidão, por exemplo, a pessoa não se vacina, não frequenta escola e, quando adulto, não pode tirar qualquer outro documento”, destacou Henrique Dias, juiz corregedor-auxiliar do Estado.

Os interessados em emitir algum registro e que queiram receber o documento no dia do evento devem fazer a solicitação com pelo menos 15 dias de antecedência, na comarca da cidade. O serviço é gratuito. O horário de atendimento é das 9h às 14h.

<b>Assunto: Lojistas, Polícia Civil e TJPE iniciaram identificação de produtos saqueados</b>	
<b>Veículo:</b> folhape.com.br	<b>Data:</b> 28/05/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Lojistas, Polícia Civil e TJPE iniciaram identificação de produtos saqueados**

*Ao todo, foram 255 produtos, em sua maioria eletrodomésticos, devolvidos*

Comerciantes proprietários de lojas de Abreu e Lima saqueadas durante a greve da Polícia Militar se reuniram nesta terça-feira (27) com o delegado do município, Alberes Félix, e com representantes do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), e encontraram os 255 produtos que foram devolvidos, capturados pela polícia ou encontrados nas ruas após os saques dos últimos dias 14 e 15 de maio.

Os materiais, na maior parte eletrodomésticos, ficaram espalhados no galpão da Polícia Civil e, aos poucos, foram sendo diferenciados por meio dos números de séries, que ficam fixados nos próprios itens. De acordo com o diretor de administração da Polícia Civil, Benedito de Oliveira, a maior dificuldade será identificar de qual loja foi saqueado cada produto. Mesmo procurando pela numeração, o processo será lento.

Além disso, outras medidas foram tomadas em favor dos comerciantes, entre elas, o pedido de mandados de busca e apreensão, solicitado à Justiça, pelo delegado Alberes Félix, que está à frente das investigações. De acordo com ele, pelo menos 30 mandados já foram instaurados e outros 39 estão sendo investigados pelo Disque-Denúncia para serem encaminhados ao Ministério Público de Pernambuco (MPPE) e Poder Judiciário.

Durante a tarde desta terça, também, o prefeito de Abreu e Lima, Marcos José da Silva (PT), representantes do município e da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) se reuniram no Palácio do Campo das Princesas, por volta do meio dia, para discutir sobre o apoio que será dado pelo Governo do Estado à Prefeitura e aos lojistas. De acordo com o presidente da CDL Abreu e Lima, a reunião serviu para definir como ficará a situação dos comerciantes, que foram as vítimas dos ataques.

<b>Assunto: 21ª Vara Cível do Recife - TAM é condenada a pagar indenização por atraso em voo de janeiro de 2013</b>	
<b>Veículo:</b> folhape.com.br	<b>Data:</b> 28/05/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **TAM é condenada a pagar indenização por atraso em voo de janeiro de 2013**

*Família de cinco pessoas perdeu a conexão em São Paulo após dois atrasos*

A TAM terá que pagar uma indenização de R\$ 91.404,11 a uma família que perdeu uma viagem de férias ao Chile e à Argentina por conta de um atraso do voo entre Brasília e São Paulo. A decisão foi proferida pelo juiz Paulo Torres Pereira da Silva, da 21ª Vara Cível do Recife e foi publicada no Diário da Justiça Eletrônico do dia 13 de maio. A indenização divide-se em R\$ 75 mil por danos morais e R\$ 16.404,11 por danos materiais. À companhia aérea, cabe o recurso.

Uma família de cinco pessoas gastou R\$ 16.404,11 à TAM para ir aos países vizinhos saindo do Recife, passando por Brasília e São Paulo. De acordo com a ação, os contratemplos começaram quando a família chegou ao Aeroporto do Recife no dia 4 de janeiro de 2013. Os cinco passageiros foram avisados por funcionários da empresa que o voo no qual embarcariam com destino a Brasília iria atrasar.

Para que não perdessem a conexão em São Paulo, a empresa sugeriu que os cinco passageiros viajassem em um voo que sofreu mais um atraso de duas horas, decolando às 15h20. Quando chegaram a Brasília, os autores da ação foram informados por funcionários da companhia que haviam perdido a conexão e que não haveria mais nenhum voo para São Paulo naquele dia, restando as opções de voltar para o Recife ou dormir na cidade. Como já tinham perdido a conexão, optaram por voltar para a capital pernambucana.

Em sua defesa, a TAM alegou que os passageiros foram bem tratados e que houve a necessidade de manutenção da aeronave, aumentando o tempo de embarque. Segundo a companhia, o cancelamento se deu por problemas técnicos, os quais se constituem em caso fortuito e de força maior, o que não lhe traria a responsabilidade de indenizar pelo evento ocorrido.

Sobre o valor total da indenização, de R\$ 91.404,11, incidirão juros de 1% ao mês e correção monetária a contar da citação da empresa. O cálculo da indenização de R\$ 16.404,11 por danos materiais foi feito com base na restituição da quantia paga pela viagem. Cada um deles ainda terá direito a R\$ 15 mil a título de danos morais devido à frustração da viagem cancelada, totalizando R\$ 75 mil. Os honorários, instituídos em 15%, também deverão ser custeados pela companhia aérea.

<b>Assunto: 4ª Vara de Entorpecentes - Operação tenta prender traficantes e acusados de homicídio com atuação no Recife</b>	
<b>Veículo:</b> diariodepernambuco.com.br	<b>Data:</b> 28/05/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



### **Operação tenta prender traficantes e homicidas com atuação no Recife**

A Polícia Civil realiza, na manhã desta quarta-feira, uma operação para identificar e prender pessoas suspeitas de envolvimento em tráfico de drogas, associação para o tráfico e homicídios, com atuação no Recife, principalmente, nos bairros de San Martin, Torrões e Roda de Fogo e na comunidade do Vietnã.

A Operação Vietnã, como foi batizada, os policiais esperam cumprir 13 mandados de prisão temporária, sendo quatro expedidos contra detentos do sistema prisional. Além disso, será cumpridos nove mandados de busca e apreensão domiciliar, expedidos pela **4ª Vara de Entorpecentes da Capital**. Os presos estão sendo encaminhados para a sede do Grupo de Operações Especiais (GOE), no bairro do Cordeiro.

Participam da ação cem policiais civis, entre delegados, agentes e escrivães, sendo coordenados pela Diretoria Integrada Especializada da Polícia Civil. O caso começou a ser investigado há nove meses pela 3ª Delegacia de Homicídios, com apoio do Núcleo de Inteligência de Homicídios da Polícia Civil.



<b>Assunto: 4ª Vara de Entorpecentes - Operação tenta prender traficantes e acusados de homicídio com atuação no Recife</b>	
<b>Veículo:</b> folhape.com.br	<b>Data:</b> 28/05/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Polícia Civil desencadeia operação Vietnã**

*Objetivo é prender traficantes e homicidas que atuam na Capital*

Com o objetivo de identificar e prender pessoas suspeitas de envolvimento com o tráfico de drogas, associação ao tráfico e homicídios, a Polícia Civil desencadeou na manhã desta quarta-feira (28) a operação denominada Vietnã. A operação atuou na Capital, principalmente nos bairros de San Martin, Torrões, Roda de Fogo e na comunidade do Vietnã.

Durante a operação, foram cumpridos 13 mandados de prisão temporária, sendo quatro destes expedidos em desfavor de detentos do sistema prisional. Além disso, foram cumpridos nove mandados de busca e apreensão domiciliar, expedidos pela **4ª Vara de Entorpecentes da Capital**. Na operação, participaram 100 policiais civis, entre delegados, agentes e escrivães.

A operação foi coordenada pela Diretoria Integrada Especializada da Polícia Civil. As investigações começaram há nove meses, efetuadas pela 3ª Delegacia de Homicídios, com assessoria do Núcleo de Inteligência de Homicídios da Polícia Civil. O balanço preliminar da operação será repassado pelo diretor às 08h00, no prédio sede do GOE.

<b>Assunto: Vara do Tribunal do Juri de Caruaru - Mandado de prisão</b>	
<b>Veículo:</b> folhape.com.br	<b>Data:</b> 28/05/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Homem suspeito de tentar matar ex-esposa é preso em Caruaru**

*Jacó Hermínio, de 36 anos, também responde a um processo de homicídio*

Policiais do Malhas da Lei de Caruaru cumpriram, na última segunda-feira (26), mandado de prisão expedido pela Vara do Tribunal do Júri de Caruaru. Jacó Hermínio de Medeiros, de 36 anos, natural de Paulo Afonso, na Bahia, é suspeito de tentar matar a ex-esposa, em 2008.

Jacó, que também responde a um processo de homicídio, foi preso no centro de Caruaru. Ele foi recolhido para a Penitenciária Juiz Plácido de Souza, em Caruaru, onde ficará a disposição da Justiça.

<b>Assunto: TAM é condenada a pagar indenização de R\$ 91 mil por atraso de voo</b>	
<b>Veículo: Ne 10</b>	<b>Data: 28/05/2014</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## GRANDE RECIFE // TRANSTORNOS

### TAM é condenada a pagar indenização de R\$ 91 mil por atraso de voo



Passageiros saíram do aeroporto do Recife quando começaram os contratemplos  
Foto: Reprodução Internet

A companhia aérea TAM foi condenada a pagar uma indenização de R\$ 91.404,11 a uma família que perdeu uma viagem de férias. O grupo iria para o Chile e Argentina, mas devido ao atraso do voo de conexão entre Brasília e São Paulo perderam a viagem. A indenização divide-se em R\$ 75 mil por danos morais e R\$ 16.404,11 por danos materiais. A companhia aérea pode recorrer.

A família saiu do Recife até Brasília e depois deveria seguir para São Paulo, onde embarcariam com destino ao Chile e à Argentina. No embarque na capital pernambucana, os passageiros foram avisados por funcionários da empresa que o voo no qual embarcariam com destino a Brasília iria atrasar.

Para que não perdessem a conexão em São Paulo, a empresa sugeriu que viajassem em um outro voo que sofreu mais um atraso de duas horas, decolando às 15h20. Quando chegaram em Brasília foram informados que haviam perdido a conexão e que não haveria mais nenhum voo para São Paulo naquele dia. A família retornou para o Recife e entrou na justiça contra a companhia aérea. A TAM alegou que os passageiros foram bem tratados e que o cancelamento deu-se por problemas técnicos.

<b>Assunto: Justiça autoriza busca e apreensão de objetos saqueados em Abreu e Lima</b>	
<b>Veículo: Ne 10</b>	<b>Data: 28/05/2014</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



### **Após reunião, Justiça autoriza busca e apreensão de objetos saqueados em Abreu e Lima**

O juiz da cidade, o Ministério Público e a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Abreu e Lima se reuniram na manhã desta terça-feira (27) ainda nas discussões sobre as consequências da onda de saques que aconteceu na cidade durante a greve da Polícia Militar há duas semanas.

Ficou decidido que serão expedidos mandado de busca e apreensão dos objetos que foram levados das lojas durante o período dos saques. Um total de vinte pessoas já foram presas em flagrante e 30 investigações já foram instauradas.

Ficou decidido também que representantes de 10 lojas que foram alvo em Abreu e Lima vão participar do reconhecimento dos produtos furtados. O repórter Rafael Carneiro, da Rádio Jornal, falou com a delegada responsável pela região, Morgana Alves, que traz mais detalhes sobre a reunião.

<b>Assunto: Caruaru vai sediar a 1ª Câmara Regional do TJPE</b>	
<b>Veículo:</b> Blog do Magno	<b>Data:</b> 28/05/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Caruaru vai sediar a 1ª Câmara Regional do TJPE**



O município de Caruaru irá sediar a 1ª Câmara Regional do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), com a interiorização dos serviços realizados pelo órgão nas regiões Agreste e Sertão do Estado. A meta é aproximar a justiça da população e atender a demanda de processos nas áreas cível e criminal.

O desembargador Frederico Neves, presidente do TJPE, explica a iniciativa. “O TJPE completa em agosto 192 anos de existência, e durante todo esse período, o tribunal presta serviço dentro do Palácio da Justiça. Com essas câmaras regionais, nós estamos democratizando o tribunal, aproximando-o da cidadania, na medida em que o segundo grau de jurisdição irá prestar os seus serviços de uma forma mais próxima do cidadão do interior”.

A proposição para a criação da câmara regional em Caruaru foi de iniciativa do deputado estadual Tony Gel (PMDB), que comemorou a aprovação do projeto.

“Há muito tempo que venho trabalhando essa questão e defendia que Caruaru voltasse a ser de terceira entrância, mas o primeiro passo foi dado, que é instalar uma câmara regional. Apresentei uma indicação que foi aprovada por unanimidade e Caruaru vai receber essa primeira câmara regional”, disse o deputado.